



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Administrativa

Prova Cargo C , Tipo 2
000000000000000000
00001-001-002

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém o tema da Prova Discursiva - Redação e o espaço destinado ao rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- fazer a Prova Discursiva - Redação, usando para rascunho o espaço a ela reservado.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado na correção.
- Não será permitido o uso de quaisquer outras folhas de papel para rascunho da Prova Discursiva - Redação.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas, bem como para elaborar a Redação e transcrevê-la para a Folha de Resposta correspondente.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Julho/2005

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

As verdades da Ciência

Li recentemente nos jornais que o renomado cientista Stephen Hawking fez uma declaração sensacional, para dizer o mínimo. Afirma que cometeu um erro ao enunciar, nos anos 70, a sua teoria dos buracos negros, e agora se prepara para apresentar as devidas correções diante de um plenário de cientistas. Para entender o de que vou aqui tratar não é necessário saber o que são os buracos negros; basta lembrar que constituem uma das questões mais controversas e cativantes da astrofísica moderna.

Para os que lidam com as ciências, não há nada de excepcional nessa atitude de Hawking, mas entendo que o episódio deva ser levado ao conhecimento dos jovens de todas as escolas não-fundamentalistas e leigas, para que reflitam sobre os princípios da ciência moderna. Esta não crê que o novo está sempre certo, ou que a verdade reside congelada num passado remoto. Ao contrário, ela se baseia no princípio da “falibilidade”, segundo o qual a ciência avança corrigindo-se constantemente, desmentindo suas hipóteses por meios de tentativa e erro, reconhecendo os próprios enganos e considerando que um experimento malsucedido não é um fracasso, podendo ser tão valioso quanto outro bem-sucedido, por provar que determinada linha de pesquisa estava equivocada, e que é necessário corrigi-la, ou mesmo recomeçar do zero.

Esse modo de pensar opõe-se a todas as formas de fundamentalismo, a todas as interpretações literais das sagradas escrituras – também passíveis de constante reinterpretação – e a todas as certezas dogmáticas das próprias idéias. Essa é a boa “filosofia”, no sentido cotidiano e socrático do termo, que a escola deveria ensinar.

Umberto Eco

(Adaptado do site [http:// revistaentrelivros.uol.com.br](http://revistaentrelivros.uol.com.br))

1. Esta é uma das acepções da palavra **fundamentalismo**, no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa:

qualquer corrente, movimento ou atitude, de cunho conservador e integrista, que enfatiza a obediência rigorosa e literal a um conjunto de princípios básicos.

Considerando-se essa acepção, o fundamentalismo a que se refere Umberto Eco em seu texto

- (A) corrige o excesso de confiança nos princípios da ciência moderna, segundo os quais não haveria erros ou equívocos absolutos.
- (B) está na base do desenvolvimento da ciência moderna, cujos sólidos princípios devem merecer e inspirar a reflexão dos jovens.
- (C) caracteriza toda experimentação científica que, partindo de princípios rigorosos, admita negá-los, quando necessário.
- (D) contraria o princípio da falibilidade da ciência moderna, segundo o qual os fracassos têm sua importância para o caminho do acerto.
- (E) contraria o método científico da tentativa e erro, segundo o qual uma verdade só se afirma quando se mostra infalível.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. A declaração de Stephen Hawking é vista como *sensacional* por seu caráter de ratificação cabal da teoria dos buracos negros.
- II. O autor deixa implícito que as escolas de orientação fundamentalista não acatam facilmente o princípio da “falibilidade” da ciência moderna.
- III. Acreditar que *o novo está sempre certo* é, segundo o autor, um princípio tão equivocado quanto as *certezas dogmáticas das próprias idéias*.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma frase ou expressão do texto em:

- (A) *a verdade reside congelada num passado remoto* = a certeza se solidifica com o passar do tempo.
- (B) *fez uma declaração sensacional, para dizer o mínimo* = pronunciou-se de modo sensacionista, no mínimo.
- (C) *interpretações literais das sagradas escrituras* = leituras que atualizam o sentido dos livros sagrados.
- (D) *uma das questões mais controversas e cativantes* = um dos aspectos mais irrestritos e prestigiosos.
- (E) *passíveis de constante reinterpretação* = sempre sujeitas a um outro entendimento.

4. *Ao contrário, ela se baseia no princípio da “falibilidade”, segundo o qual a ciência avança corrigindo-se constantemente.*

Os segmentos sublinhados na frase acima podem ser substituídos, respectivamente, sem prejuízo para o sentido, por

- (A) Conquanto isso ocorra - em cuja finalidade
- (B) Não obstante isso - mediante o qual
- (C) Em desacordo com isso - conforme o qual
- (D) Apesar disso - para cujo
- (E) Ao encontro disso - em função do qual

5. As normas de concordância estão inteiramente respeitadas na frase:

- (A) Cabem aos cientistas sérios e honestos reformular suas teorias, toda vez que encontrem nelas seja uma falha grave, seja um pequeno deslize.
- (B) Deverão interessar ao plenário de cientistas, no pronunciamento que Hawking se prepara para fazer, as correções sobre a teoria dos buracos negros.
- (C) Opõem-se às mais variadas formas de fundamentalismo todo e qualquer método científico que admite a hipótese de sua própria falibilidade.
- (D) Os princípios que se deve ensinar aos jovens estudantes são aqueles em que se supõem todo o dinamismo das verdades da ciência.
- (E) Não desanimam aos verdadeiros cientistas, nos passos de uma teoria, um eventual tropeço na observação de um fato ou na formulação de uma lei.

6. Admite transposição para a voz passiva o segmento sublinhado na seguinte frase:
- (A) (...) a verdade reside congelada num passado remoto.
- (B) Esse modo de pensar opõe-se a todas as formas de fundamentalismo.
- (C) (...) por provar que determinada linha de pesquisa estava equivocada.
- (D) Para os que lidam com a ciência, não há nada de excepcional nessa atitude (...)
- (E) (...) se prepara para apresentar as devidas correções diante de um plenário de cientistas.

7. É **inadequada** a articulação entre os tempos verbais na seguinte frase:
- (A) Para que se pudesse entender o de que aqui trataria, não seria necessário ter muita informação acerca da teoria dos buracos negros.
- (B) Para que se possa entender o de que vou aqui tratar não é necessário ter muita informação acerca da teoria dos buracos negros.
- (C) Para que se venha a entender o de que aqui tratarei não será necessário ter muita informação acerca da teoria dos buracos negros.
- (D) Não foi necessário que se tenha muita informação acerca da teoria dos buracos negros para que se viesse a entender o de que aqui estivera tratando.
- (E) Não seria necessário que se tivesse muita informação acerca da teoria dos buracos negros para que se entendesse o de que lá eu tratava.

8. Está clara e correta a redação da seguinte frase:
- (A) A admiração do autor pelo grande cientista advém do fato deste não ser um fundamentalista, conquanto seja capaz de se propor à uma revisão acerca de suas teorias.
- (B) Umberto Eco vê na atitude de Stephen Hawking como um exemplo para os jovens, devido à sua disposição de reformular os erros encontrados em sua teoria.
- (C) A atitude da Stephen Hawking agradou muito a Umberto Eco, que soube reconhecer nela um exemplo para todo jovem estudante que não queira ser um fundamentalista.
- (D) Neste presente texto é homenageada pelo autor a atitude de Stephen Hawking, em cuja se verifica a clara disposição de um cientista ao rever suas próprias teses.
- (E) Combatendo as atitudes fundamentalistas, o autor encontrou um belo exemplo do contrário, ao verificar o quanto na atitude do grande cientista contém de seriedade e humildade.

9. Para entender o de que vou aqui tratar não é necessário saber o que são os buracos negros.
- A frase acima permanecerá correta caso se substitua o elemento sublinhado por
- (A) o de que aqui me ocuparei.
- (B) o de que aqui me referirei.
- (C) aquilo que irei aludir.
- (D) o que aqui me reportarei.
- (E) àquilo de que aqui exporei.

10. Considere as seguintes afirmações:
- I. O renomado cientista fez uma declaração.
- II. O autor do texto impressionou-se com essa declaração.
- III. Essa declaração pareceu-lhe altamente educativa.
- Essas afirmações estão articuladas de modo claro, coerente e correto no seguinte período:
- (A) Por lhe parecer altamente educativa, a declaração do renomado cientista acarretou para o autor do texto em uma forte impressão.
- (B) O autor do texto impressionou-se com a declaração feita pelo renomado cientista, já que ela lhe pareceu altamente educativa.
- (C) Em vista de ser altamente educativa, a impressão do autor do texto foi grande pela declaração do renomado cientista.
- (D) Impressionou-se tanto o autor do texto, na declaração feita pelo renomado cientista, que lhe pareceu altamente educativa.
- (E) A declaração que fez o renomado cientista pareceu-lhe altamente educativa, haja visto de que o autor se impressionou com ela.

11. A supressão da(s) vírgula(s) implicará alteração de sentido na frase:
- (A) Não há como deixar de reconhecer, no texto de Humberto Eco, uma homenagem a Stephen Hawking.
- (B) Ao longo das últimas décadas, as obras de Umberto Eco vêm ganhando mais e mais respeitabilidade.
- (C) Umberto Eco homenageia os cientistas, que combatem o obscurantismo fundamentalista.
- (D) O grande pensador italiano, Umberto Eco, homenageia em seu texto a atitude de um grande cientista.
- (E) Na atitude de Stephen Hawking, há uma grandeza que todo cientista deveria imitar.

12. O verbo indicado entre parênteses deve, obrigatoriamente, ser flexionado no **plural** para preencher de modo correto a lacuna da seguinte frase:
- (A) Quando (URGIR) desmentir hipóteses de fato injustificáveis, não deve hesitar o cientista responsável.
- (B) (SER) com episódios como esse que se pode dar aos jovens alunos um exemplo de atitude científica.
- (C) Nenhuma, entre as formas de fundamentalismo, (MERCER) a admiração ou o respeito de Umberto Eco.
- (D) Para Umberto Eco, neste texto, (IMPORTAR) menos as correções teóricas de Hawking que sua atitude mesma.
- (E) Sendo muitos os princípios em que se (BASEAR) a ciência moderna, o da falibilidade tem para Eco um peso decisivo.

<p>13. Justifica-se o sinal de crase em ambos os elementos sublinhados na frase:</p> <p>(A) Fundamentalista é todo aquele que prefere <u>às</u> certas dogmáticas <u>às</u> hipóteses sujeitas a verificação e a erro.</p> <p>(B) Opõe-se o autor <u>àqueles</u> fundamentalistas que não admitem rever os resultados <u>à</u> que chegaram.</p> <p>(C) Hawking dispôs-se <u>à</u> apresentar a um plenário de cientistas correções <u>à</u> sua teoria dos buracos negros.</p> <p>(D) A quem aspira <u>às</u> certezas dogmáticas não satisfazão as hipóteses de trabalho, sempre sujeitas <u>à</u> alguma revisão.</p> <p>(E) Hawking filia-se <u>à</u> tradição dos grandes cientistas, que sempre souberam curvar-se <u>às</u> evidências de um equívoco.</p>	<p>17. A fim de atribuir níveis de segurança a zonas da internet, tais como <i>Intranet local</i> e <i>sites restritos</i>, entre outras, solicita-se que o Internet Explorer, versão 5 ou 6, seja configurado para tal. Uma das formas de realizar essa operação é por meio do acesso à janela</p> <p>(A) Propriedades, dentro de Opções da Internet no menu Ferramentas.</p> <p>(B) Segurança, dentro de Opções da Internet no menu Ferramentas.</p> <p>(C) <i>Windows Update</i>, mediante o acionamento do menu Arquivo.</p> <p>(D) Configurações de Web, dentro de Opções da Internet no menu Exibir.</p> <p>(E) Barra de ferramentas, no menu Editar.</p>
<p>14. É INCORRETO afirmar que o elemento sublinhado na frase</p> <p>(A) <i>Para os que lidam com as ciências</i> (terceiro parágrafo) pode ser substituído por <i>aqueles que</i>.</p> <p>(B) <i>Esta não crê</i> (segundo parágrafo) refere-se diretamente a <i>atitude de Hawking</i>.</p> <p>(C) <i>Para entender o de que vou aqui tratar</i> (primeiro parágrafo) pode ser substituído por <i>isto de que</i>.</p> <p>(D) <i>tão valioso quanto outro bem sucedido</i> (segundo parágrafo) refere-se a <i>experimento</i>.</p> <p>(E) <i>é necessário corrigi-la</i> (segundo parágrafo) refere-se a <i>determinada linha de pesquisa</i>.</p>	<p>18. Observe as seguintes definições:</p> <p>I. Aplicativo Web específico para uso interno de uma corporação.</p> <p>II. tráfego Web, comumente no padrão: <i>xxxxxxx@yyyyyyyy.com.br</i>.</p> <p>III. tráfego Web, comumente no padrão: <i>http://www.xxxxxxxxx.com.br</i>.</p> <p>Correspondem, respectiva e conceitualmente, às definições acima</p> <p>(A) MS-Excel; Internet e endereço de correio eletrônico.</p> <p>(B) Intranet; endereço de <i>site</i> da Web e hipermídia.</p> <p>(C) MS-Word; endereço de <i>site</i> Web e hipertexto.</p> <p>(D) Internet; hipermídia e endereço de correio eletrônico.</p> <p>(E) Intranet; endereço de correio eletrônico e endereço de <i>site</i> Web.</p>
<p>15. É preciso corrigir a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) A menos que se demonstre a verdade de uma hipótese científica, só poderemos confiar-lhe na medida em que não paire sobre esta qualquer dúvida.</p> <p>(B) Se se admite que a ciência avança corrigindo-se constantemente, um desmentido de hipóteses não deve escandalizar nenhum cientista.</p> <p>(C) Ao se admitir que o avanço da ciência ocorre por tentativa e erro, admite-se, obviamente a necessidade de uma constante revisão de hipóteses.</p> <p>(D) Não houvesse uma permanente correção de eventuais equívocos, como poderia a ciência estabelecer alguma base para as suas verdades?</p> <p>(E) Em que verdades científicas poderíamos confiar, caso não se buscasse sempre a confirmação rigorosa de toda hipótese levantada?</p>	<p>19. Utilizando “Meu computador” ou “Meus documentos”, no Windows XP, uma das formas de habilitar a exibição do caminho completo de arquivos e pastas na barra de títulos, é por intermédio da seção “Modo de exibição”, disponível em</p> <p>(A) Configurar página, do menu Ferramentas.</p> <p>(B) Configuração de arquivo, do menu Exibir.</p> <p>(C) Opções de pasta, do menu Ferramentas.</p> <p>(D) Exibir, do menu Configurar pasta.</p> <p>(E) Opções de pasta, do menu Exibir.</p>
<p>16. Diante da necessidade preventiva de corrigir o uso acidental da tecla <i>Caps Lock</i> no MS-Word, versão 97 ou 2000, deve-se habilitar essa condição por meio do acionamento da opção</p> <p>(A) AutoCorreção, do menu Arquivo.</p> <p>(B) Controlar alterações, do menu Exibir.</p> <p>(C) Ortografia e gramática, do menu Formatar.</p> <p>(D) AutoCorreção, do menu Ferramentas.</p> <p>(E) Controlar alterações, do menu Inserir.</p>	<p>20. Por recomendação da auditoria, foram adotados procedimentos de <i>backup</i> de arquivos dos computadores. A fim de evitar a interrupção dos trabalhos, em caso de sinistro, foi recomendado principalmente que</p> <p>(A) sejam feitas regularmente cópias de segurança dos arquivos e que estas sejam mantidas em locais geograficamente distintos.</p> <p>(B) os computadores sejam mantidos desligados, após o expediente, e somente as cópias do sistema operacional sejam mantidas em locais geograficamente distintos e vigiadas 24 horas por dia.</p> <p>(C) sejam feitas semanalmente cópias de arquivos e que estas sejam guardadas, de preferência, em um mesmo local para agilizar a retomada.</p> <p>(D) os computadores permaneçam ligados, ininterruptamente, e apenas as cópias dos arquivos de programas sejam mantidas em locais geograficamente distintos e vigiadas 24 horas por dia.</p> <p>(E) sejam feitas diariamente cópias de arquivos e que estas sejam guardadas, de preferência, em um mesmo local para agilizar a retomada.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No mandado de segurança preventivo
- (A) também incide o prazo prescricional de cento e vinte dias.
- (B) inexistente a aplicação do prazo decadencial de cento e vinte dias.
- (C) o prazo para a impetração é de cento e vinte dias e de natureza prescricional.
- (D) o impetrante terá cento e oitenta dias para a impetração e o prazo é decadencial.
- (E) o prazo para a impetração é de cento e vinte dias, podendo ocorrer sua suspensão ou interrupção.
-
22. No que respeita aos partidos políticos, o ato indisciplinar mais sério é o da infidelidade partidária, que pode manifestar-se também
- (A) pelo apoio ostensivo ou disfarçado a candidatos de outra agremiação.
- (B) em virtude da transferência de partido, sem comunicação à Justiça Eleitoral.
- (C) pela inobservância, em suas atitudes, a quaisquer diretrizes estabelecidas pelo partido.
- (D) por comentários para a extinção de determinado programa do respectivo partido.
- (E) em razão do relacionamento funcional, não político, com representantes de outros partidos.
-
23. Tendo em vista a classificação das constituições, pode-se dizer que a Constituição da República Federativa do Brasil vigente é considerada escrita e legal, assim como
- (A) flexível, promulgada, histórica, analítica e formal.
- (B) super-rígida, popular, histórica, sintética e semântica.
- (C) rígida, promulgada, dogmática, analítica e formal.
- (D) semi-rígida, democrática, dogmática, sintética e pactuada.
- (E) flexível, outorgada, dogmática, analítica e nominalista.
-
24. A liberdade de locomoção
- (A) diz respeito a um direito pessoal, razão pela qual não se estende ao patrimônio.
- (B) é protegida pelo *habeas corpus*, desde que o sujeito ativo seja o Estado.
- (C) obsta o confinamento de pessoas em razão de medidas de defesa da saúde pública.
- (D) é assegurada não só às pessoas, mas inclui o seu patrimônio.
- (E) é plenamente assegurada em tempo de paz ou de guerra e ainda que esta não esteja deflagrada.
-
25. No que tange aos direitos políticos, observa-se que o sufrágio censitário é decorrente da forma
- (A) igualitária, sendo que o eleitor fica com o direito de votar mais de uma vez, ou seja, em mais de uma circunscrição eleitoral.
- (B) capacitária e consiste basicamente em outorgar a determinados eleitores, por circunstância especial, o direito de votar mais de uma vez ou de dispor de mais de um voto para prover o mesmo cargo.
- (C) comum e baseia-se em capacitações especiais, notadamente de natureza intelectual, exigindo-se, por exemplo, que o eleitor seja alfabetizado.
- (D) múltipla, porque se outorga o direito de votar a todos os nacionais de um país, sem restrições derivadas de nascimento, de fortuna e capacidade especial.
- (E) restrita e concede-se apenas ao indivíduo que preencha determinada qualificação econômica: posse de bens imóveis, de determinada renda ou pagamento de certa importância de imposto direto.
-
26. No que concerne à autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, deverá ser observado que
- (A) não poderá, de regra, haver a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, durante a execução orçamentária do exercício.
- (B) os Tribunais elaborarão sua proposta orçamentária de acordo com suas necessidades, sem se ater a limites estipulados com os demais poderes, em face do princípio de sua independência constitucional.
- (C) o Poder Executivo elaborará as propostas orçamentárias para os Tribunais dentro dos limites estipulados conjuntamente com o Poder Legislativo na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) a proposta orçamentária dos Tribunais será encaminhada ao Legislativo, no âmbito da União e dos Estados, sempre pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (E) as propostas orçamentárias dos Tribunais, encaminhadas dentro ou fora do prazo ou limites da lei de diretrizes orçamentárias, não poderão ser ajustadas pelo Poder Executivo.
-
27. Em sede de servidores públicos, considere as proposições abaixo.
- I. Aos servidores em geral, desde que ocupantes de qualquer cargo da União, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário.
- II. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos.
- III. A estabilidade do servidor é conferida após três anos de efetivo exercício, sendo desnecessária a avaliação especial de desempenho.
- IV. Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.
- Está correto o que contém APENAS em
- (A) II, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) II e IV.

<p>28. Os membros do Ministério Público</p> <p>(A) têm como funções complementares a representação judicial e consultoria jurídica das entidades públicas.</p> <p>(B) não podem exercer, em nenhuma hipótese, ainda que em indisponibilidade, qualquer função pública.</p> <p>(C) gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade do subsídio de forma absoluta.</p> <p>(D) estão vedados de exercer a atividade político-partidária, mas trata-se de uma inelegibilidade relativa.</p> <p>(E) devem exercer todas as atribuições estabelecidas por força de leis federais, estaduais e municipais.</p>	<p>32. NÃO é causa de cancelamento e de exclusão do eleitor:</p> <p>(A) a perda dos direitos políticos.</p> <p>(B) a suspensão dos direitos políticos.</p> <p>(C) deixar de votar em duas eleições consecutivas.</p> <p>(D) a pluralidade de inscrição.</p> <p>(E) o falecimento do eleitor.</p>
<p>29. O alistamento eleitoral é obrigatório para brasileiros</p> <p>(A) naturalizados maiores de 16 e menores de 18 anos.</p> <p>(B) analfabetos.</p> <p>(C) naturalizados maiores de 18 anos.</p> <p>(D) inválidos.</p> <p>(E) que se encontrarem fora do país.</p>	<p>33. A respeito das coligações, é correto afirmar que</p> <p>(A) a coligação será representada perante a Justiça Eleitoral somente pela pessoa designada como representante pelos partidos integrantes da coligação, não podendo indicar delegados para exercerem essa atribuição.</p> <p>(B) o pedido de registro de candidatos só pode ser subscrito pelo representante da coligação, que terá atribuições equivalentes às de presidente de partido político, no que se refere ao processo eleitoral.</p> <p>(C) podem inscrever-se, na chapa da coligação, candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante, desde que observada a proporcionalidade com o número de partidos coligados.</p> <p>(D) a coligação, na propaganda para eleição majoritária, usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos políticos que a integram.</p> <p>(E) a coligação terá denominação própria, mas não terá obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, as quais serão exercidas exclusivamente pelos partidos que a integram.</p>
<p>30. A respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que</p> <p>(A) dois juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais serão nomeados pelo Governador do respectivo Estado, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) o Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor Eleitoral dentre quaisquer de seus membros, pelo voto secreto.</p> <p>(C) três juízes do Tribunal Superior Eleitoral serão nomeados pelo Presidente da República dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) dois juízes do Tribunal Superior Eleitoral serão nomeados pelo Presidente da República dentre seis ministros do Superior Tribunal de Justiça, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) as Juntas Eleitorais compor-se-ão de um Juiz de Direito, que será o seu Presidente, e de dois a quatro cidadãos de notória idoneidade.</p>	<p>34. Na votação para as eleições proporcionais, um eleitor digitou corretamente o número identificador do partido, mas não o fez em relação ao candidato, cuja identificação eletrônica não foi possível. Nesse caso, o voto será</p> <p>(A) atribuído ao candidato de numeração anterior mais próxima.</p> <p>(B) computado para a legenda partidária.</p> <p>(C) considerado nulo.</p> <p>(D) considerado em branco.</p> <p>(E) atribuído ao candidato de numeração posterior mais próxima.</p>
<p>31. Considere as proposições abaixo, relativas ao alistamento eleitoral.</p> <p>I. No momento da formalização do pedido de alistamento eleitoral, o requerente manifestará sua preferência sobre local de votação, dentre os estabelecidos para a zona eleitoral.</p> <p>II. No ano em que se realizarem as eleições, o menor que completar 16 anos entre o encerramento do prazo fixado para requerimento de inscrição eleitoral ou transferência e a data do pleito não poderá alistar-se.</p> <p>III. O analfabeto, que deixar de sê-lo, deverá requerer sua inscrição eleitoral, para não incorrer em multa.</p> <p>IV. A certidão de casamento, extraída do Registro Civil, é documento hábil para o alistamento.</p> <p>Está correto o que contém APENAS em</p> <p>(A) IV.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	<p>35. A competência para processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juízes Eleitorais é</p> <p>(A) do Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(B) do Corregedor Regional da Justiça Eleitoral.</p> <p>(C) do Superior Tribunal Eleitoral.</p> <p>(D) das Juntas Eleitorais.</p> <p>(E) do Corregedor Geral da Justiça Eleitoral.</p>
	<p>36. Quem, sendo filiado a um partido político, se filia a outro, deve fazer comunicação ao partido e ao Juiz da sua respectiva Zona Eleitoral, para cancelar sua filiação; se não o fizer no dia imediato ao da nova filiação, fica configurada dupla filiação e</p> <p>(A) ambas serão consideradas válidas, mas não poderá disputar cargos eletivos.</p> <p>(B) será intimado pela Justiça Eleitoral para optar por uma delas.</p> <p>(C) será considerada nula a segunda filiação.</p> <p>(D) será considerada nula a primeira filiação.</p> <p>(E) ambas serão consideradas nulas para todos os efeitos.</p>

<p>37. A constatação de que a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido, revela a preterição do requisito do ato administrativo denominado</p> <p>(A) presunção de legitimidade. (B) motivo. (C) finalidade. (D) imperatividade. (E) competência.</p>	<p>41. O ato administrativo, mesmo que eivado de vícios ou defeitos, é tido como verdadeiro e conforme o direito até prova em contrário, em virtude do atributo da</p> <p>(A) coercibilidade. (B) imperatividade. (C) auto-exigibilidade. (D) finalidade. (E) presunção de legitimidade.</p>
<p>38. Destinada a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, o procedimento licitatório</p> <p>(A) deverá ser realizado sob a modalidade de convite, quando destinado à escolha de trabalho técnico ou artístico, mediante a instituição de prêmio ao vencedor. (B) será realizado sob a modalidade denominada pregão, quando objetivar a alienação de bens imóveis. (C) é dispensável, quando houver inviabilidade de competição e nos casos de guerra ou de grave perturbação da ordem. (D) é inexigível, dentre outras hipóteses, para a contratação de artistas, desde que consagrado pela crítica especializada. (E) sempre atribuirá seu objeto àquele que ofertar o menor preço, independentemente do tipo adotado.</p>	<p>42. No que tange aos atos de improbidade administrativa, a Lei nº 8.429/92 dispõe que</p> <p>(A) a aplicação das sanções independe da efetiva ocorrência de dano ao erário. (B) o Ministério Público atuará sempre como parte e o órgão público lesado, como fiscal da lei. (C) a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas respectivo é requisito indispensável para sua caracterização. (D) os particulares que concorrerem para sua prática somente serão responsabilizados na esfera penal e mediante a comprovação de dolo ou culpa. (E) a constatação de sua prática gera a responsabilidade objetiva do agente.</p>
<p>39. Durante a execução de determinado contrato administrativo entre o Município de Santa Luzia e a empresa Solution Informática Ltda., verificou-se a majoração de determinado tributo municipal que acabou por onerar substancialmente os encargos do contratado. Diante dessa determinação estatal, geral, imprevista e imprevisível, houve necessidade de recomposição do ajuste ante o surgimento da causa justificadora da inexecução do contrato denominada</p> <p>(A) fato do príncipe. (B) interferência imprevista. (C) caso fortuito. (D) força maior. (E) fato da administração.</p>	<p>43. Os particulares que executam, em nome próprio e por sua conta e risco, determinados serviços públicos em conformidade com as normas do Estado e perante a fiscalização deste, são denominados agentes</p> <p>(A) administrativos. (B) políticos. (C) honoríficos. (D) credenciados. (E) delegados.</p>
<p>40. Com relação às características dos contratos administrativos, considere as proposições abaixo.</p> <p>I. A Administração Pública pode modificar, unilateralmente, o contrato administrativo visando melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado. II. O descumprimento de cláusulas contratuais por parte do Poder Público sempre autoriza o particular a cessar imediatamente a execução do avençado. III. A Administração Pública somente pode alterar, unilateralmente, o contrato, se este mencionar expressamente a referida prerrogativa. IV. Havendo a paralisação da execução do contrato, a Administração Pública pode assumir provisória ou definitivamente a execução do objeto.</p> <p>Está correto o que contém APENAS em</p> <p>(A) III e IV. (B) I e III. (C) I e IV. (D) II e III. (E) II e IV.</p>	<p>44. No que diz respeito aos poderes administrativos, considere as proposições abaixo.</p> <p>I. O poder disciplinar traduz-se na possibilidade de a Administração Pública apurar e punir as infrações funcionais praticadas pelos agentes públicos. II. O poder de polícia é aquele de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, direitos e atividades dos particulares, em benefício do interesse coletivo. III. A distribuição e escalonamento das funções dos órgãos públicos, bem como a ordenação e revisão da atuação dos agentes, são características do poder regulamentar. IV. A faculdade conferida ao administrador de extrapolar os limites legais ou agir em desacordo com o ordenamento jurídico, decorre do poder discricionário.</p> <p>Está correto o que contém APENAS em</p> <p>(A) III e IV. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) II e IV.</p>

<p>45. Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para a prestação de serviço público, contando com capital exclusivamente público, é conceito jurídico de entidade</p> <p>(A) permissionária. (B) empresarial. (C) fundacional. (D) autárquica. (E) paraestatal.</p>	<p>51. Na Lei do Orçamento, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas, denominam-se</p> <p>(A) Créditos Adicionais. (B) Despesas Correntes. (C) Despesas de Capital. (D) Despesas Operacionais. (E) Restos a Pagar.</p>
<p>46. A obrigação atribuída ao Poder Público de manter uma posição neutra em relação aos administrados, não podendo atuar com objetivo de prejudicar ou favorecer determinadas pessoas, decorre do princípio da</p> <p>(A) imperatividade. (B) moralidade. (C) impessoalidade. (D) legalidade. (E) motivação.</p>	<p>52. Para os controles dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre outros, são utilizados os seguintes relatórios:</p> <p>(A) de Metas Fiscais e Resumido de Execução Orçamentária. (B) Resumido de Execução Orçamentária e de Análise de Desempenho. (C) de Análise de Desempenho e de Riscos Fiscais. (D) de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais. (E) Resumido de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal.</p>
<p>47. Se a autoridade competente remove determinado agente público apenas por razões de desavenças pessoais entre eles, alegando, contudo, conveniência da Administração Pública, está caracterizado o</p> <p>(A) desvio de poder. (B) regular procedimento punitivo vinculado. (C) excesso de poder. (D) exercício do poder discricionário. (E) exercício do poder regulamentar.</p>	<p>53. Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes nos registros ou bancos de dados do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, o Tribunal concederá</p> <p>(A) medida cautelar inominada. (B) <i>habeas data</i>. (C) mandado de segurança. (D) mandado de injunção. (E) <i>habeas corpus</i>.</p>
<p>48. A fase de competência do Poder Executivo, na qual, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias, são fixados os objetivos para o período, levando-se em conta as despesas correntes já existentes e aquelas a serem criadas é</p> <p>(A) Estudo e aprovação. (B) Avaliação. (C) Elaboração. (D) Execução. (E) Análise.</p>	<p>54. Para auxiliar nos serviços do Cartório Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá requisitar servidores públicos</p> <p>(A) ocupantes de cargos de magistério. (B) em cumprimento de estágio probatório. (C) ocupantes de cargos isolados. (D) estaduais de Minas Gerais, quando forem ocupantes de cargo em comissão. (E) submetidos à sindicância.</p>
<p>49. Elaborar-se-á no primeiro ano do mandato do Executivo e terá vigência de 48 meses:</p> <p>(A) Ciclo Orçamentário. (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. (C) Orçamento Público. (D) Plano Plurianual. (E) Lei do Orçamento Anual – LOA.</p>	<p>55. Em matéria de responsabilidade do servidor público, considere as proposições abaixo.</p> <p>I. As sanções civis e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, ressalvadas aquelas de natureza penal. II. Por serem independentes entre si, as sanções civis e penais poderão cumular-se. III. As sanções administrativas e penais não poderão cumular-se, posto que são dependentes entre si. IV. As sanções penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si. V. Por serem dependentes entre si, as sanções civis e administrativas não poderão cumular-se.</p>
<p>50. A despesa orçamentária classifica-se em</p> <p>(A) Despesas Correntes, Despesas de Capital, Grupos de Natureza de Despesa e Categorias Econômicas. (B) Categorias Econômicas, Grupos de Natureza de Despesa e Elementos de Despesa. (C) Despesas Correntes e Despesas de Capital. (D) Categorias Econômicas, Grupos de Natureza de Despesa e Despesa de Capital. (E) Despesas Correntes, Despesas de Capital e Elementos de Despesa.</p>	<p>Está correto o que contém APENAS em</p> <p>(A) III e V. (B) I e II. (C) II e IV. (D) II e V. (E) III e IV.</p>

56. A exoneração de cargo efetivo poderá ocorrer mediante
- (A) pedido do servidor ou de ofício.
 - (B) aposentadoria ou decisão administrativa.
 - (C) readaptação ou por ato da Administração.
 - (D) recondução, ou a critério da autoridade competente.
 - (E) transposição ou sentença judicial.

57. Haverá a incompatibilidade do ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos, quando a demissão ou a destituição de cargo em comissão for em decorrência de o servidor público

- I. participar da gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, bem como integrar os conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha participação no capital social.
- II. atuar, como procurador intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- III. valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.

Está correto o que contém APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) II.

58. Em matéria de penalidades disciplinares do servidor público, considere as atitudes abaixo.

- I. Recusar-se, injustificadamente, a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente.
- II. Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- III. Praticar ato de incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.

As condutas acima estão passíveis, respectivamente, das penalidades de

- (A) dispensa a bem do serviço público, advertência e suspensão de até sessenta dias, conversível em multa.
- (B) exoneração, suspensão de até trinta dias e advertência.
- (C) advertência, demissão e suspensão de até noventa dias.
- (D) multa de 50% do vencimento ou remuneração, suspensão de até trinta dias e advertência.
- (E) suspensão de até quinze dias, advertência e demissão.

59. Encontrando-se vago o cargo de origem, o servidor público estável, não sendo aprovado em estágio probatório referente a outro cargo,

- (A) será transferido para o cargo inicialmente ocupado, com a conseqüente exoneração do segundo cargo.
- (B) poderá ser demitido do segundo cargo, com a conseqüente reversão ao cargo anterior.
- (C) será exonerado deste último e reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
- (D) deverá ser reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, com a conseqüente vacância do segundo cargo.
- (E) poderá requerer a readmissão no cargo ocupado anteriormente, desde que concorde com a exoneração do segundo cargo.

60. Não ocorrendo a posse no prazo de trinta dias, contados do ato de nomeação para cargo em comissão,

- (A) o ato de provimento deverá ser reconsiderado.
- (B) poderá ser revogado o ato de designação.
- (C) deverá ser anulado o ato de investidura.
- (D) será tornado sem efeito o ato de provimento.
- (E) a declaração de vacância do cargo dependerá de sindicância.

DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção: A redação sobre a proposta apresentada deverá ter a extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30 linhas.

Analise atentamente a argumentação apresentada no seguinte texto:

No campo jurídico, o aspecto da falibilidade dos dispositivos legais revela-se não apenas em eventuais equívocos técnicos de redação, facilmente sanáveis, mas num possível desajuste entre o espírito de uma legislação, pretendido à época em que foi promulgada, e a dinâmica das condições sociais, culturais e históricas. As amplas reformas constitucionais ou as revisões tópicas da legislação evidenciam a necessidade permanente de compatibilização entre a lei e as práticas culturais. Não obstante isso, deve-se considerar a existência de princípios éticos que não admitem qualquer revisão, ainda que se invoque o princípio da falibilidade.

Desenvolva uma **dissertação**, na qual você exporá suas razões de concordância ou discordância, total ou parcial, em relação às idéias desenvolvidas nesse texto.

